

ESTADO DA ARTE: A PRESENÇA DE MOÇAMBIQUE NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS BRASILEIRAS

THAYNÁ MELO CHAVÃO

Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Formação de Professores
(PPGGEO/FFP)

thayna.profgeografia@gmail.com

ANA CLAUDIA RAMOS SACRAMENTO

Doutora em Geografia (USP) e professora adjunta da Faculdade de Formação de Professores

(FFP/UERJ)

anaclaudia.sacramento@hotmail.com

GABRIEL SIQUEIRA CORRÊA

Doutor em Geografia (UFF) e professor adjunto da Faculdade de Formação de Professores

(FFP/UERJ)

gabrielgeo@hotmail.com.br

RESUMO

Esta pesquisa consiste em um estudo do estado da arte, baseado na análise de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Plataforma Sucupira, com foco em trabalhos das áreas de Geografia e Educação que têm Moçambique como tema central. Nos últimos anos, universidades brasileiras têm recebido estudantes moçambicanos interessados em desenvolver pesquisas sobre seu país de origem. O estudo busca compreender como Moçambique vem sendo abordado na pós-graduação brasileira, considerando dimensões educacionais, políticas, físicas, econômicas e culturais. Adotou-se uma abordagem qualitativa, por meio da análise documental das áreas de concentração dos programas de pós-graduação, da presença do termo “Moçambique” nos títulos e dos conteúdos dos resumos das dissertações e teses. Foram identificados 119 trabalhos publicados entre 2013 e 2023. A amostra revela predominância de estudos na Educação e escassez de pesquisas na Geografia. O principal objetivo é compreender as finalidades das investigações sobre Moçambique, identificar abordagens recorrentes e mapear lacunas no tratamento acadêmico do tema. Esse movimento de produção científica sobre países africanos, especialmente Moçambique, está relacionado à promulgação da Lei nº 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira, e ao fortalecimento da cooperação acadêmica entre Brasil e Moçambique por meio de pesquisas e projetos interculturais.

Palavras-chave: Moçambique. Brasil. Educação. Geografia. Pós-graduação.

INTRODUÇÃO

A produção acadêmica brasileira sobre países africanos tem se intensificado nas últimas décadas, acompanhando as mudanças nas políticas educacionais, no fortalecimento das relações Sul–Sul e na ampliação da cooperação científica internacional. Neste cenário, Moçambique destaca-se como objeto de interesse, sobretudo em razão da presença expressiva de estudantes moçambicanos nos programas de pós-graduação brasileiros. Esse movimento tem contribuído para a consolidação dos estudos sobre Moçambique no Brasil, ao mesmo tempo em que suscita questionamentos sobre os enfoques e as lacunas existentes na produção científica.

O presente artigo emerge como um dos objetivos específicos do projeto de cooperação intitulado “Conhecimentos e saberes educativos geográficos na relação entre Brasil e Moçambique: propostas para ações pedagógicas nas relações étnico-raciais” entre as instituições: Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, a Universidade de Federal de Alfenas – UNIFAL, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, a Universidade Federal Fluminense – UFF e a Universidade de Rovuma em Moçambique e financiado pelo CNPQ – “CHAMADA PÚBLICA MCTI/CNPQ Nº 16/2024 – Faixa 1: Projeto em cooperação” (2025-2027).

Este projeto visa promover a formação continuada e colaborativa entre professores do Brasil e de Moçambique para a construção de saberes espaciais e metodologias interculturais. Como desdobramento deste projeto, a presente investigação reside na necessidade de compreender como Moçambique vem sendo tematizado no âmbito da pós-graduação brasileira, ao sistematizar esse conjunto de produções, o estudo contribui para o avanço do debate acadêmico, oferecendo subsídios para novas pesquisas e para o aprimoramento da internacionalização da pós-graduação.

Esta produção se divide em quatro partes, a primeira traz a concepção teórica-metodológica do estado da arte, enquanto a segunda parte traz um balanço da cooperação entre o Brasil e Moçambique, e por fim, o terceiro apresenta os resultados e discussões acerca do levantamento sobre as produções. O foco principal deste artigo está nos aspectos relevantes a serem discutidos sobre essas produções científicas.

PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DO ESTADO DA ARTE

O Estado da Arte vai além de uma mera “pesquisa bibliográfica” ao qual comumente é associada. É uma pesquisa com um levantamento criterioso e uma análise dentro da temática a ser explorada, e assim, a partir dela, evidenciar a sua contribuição por meio da identificação de: lacunas existentes nos trabalhos; suas contradições; vieses e avanços teóricos.

Dentro da cronologia histórica da terminologia do “Estado da Arte”, os autores Santos *et al* (2020) apud Puentes, Aquino e Faquin (2005) observaram que essa categoria de análise se transmutou do nivelamento das artes, “status of the art”, para uma categoria ancorada no uso de métodos e materiais para desenvolvimento de tecnologias, “state of the art”. Na década de 80, na América Latina, se dá um novo rumo a terminologia. Como o autor Ludke, (1984) apud Romanowski; Ens, (2006) observou, o “Estado da Arte” passou a adotar um tipo de pesquisa dedicado ao estudo de uma área do conhecimento e seu progresso.

O surgimento de estudos intitulados EA no Brasil é impulsionado pelo desafio de conhecer o que já foi construído e produzido, buscar o que ainda não foi feito e dar conta do crescente volume de saber e divulgá-lo. Outro efeito importante dessa remasterização à brasileira apontada pelos autores é o fácil acesso as produções acadêmicas que antes eram dispersas e posteriormente passaram a integrar sistemas informacionais, como o do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES ao qual utilizamos para desenvolvimento desta pesquisa.

Em suma, o Estado da Arte tornou-se uma categoria teórico-metodológica de análise, preservando o rigor metodológico e a qualificação do estudo. No campo de pesquisa das academias brasileiras o seu uso é recorrente, pois é uma ferramenta fundamental para o mapeamento de determinadas temáticas e ainda proporciona o embasamento científico à consolidação das investigações.

Ao sistematizar produções já realizadas, essa abordagem permite identificar tendências, lacunas, recorrências teóricas e metodológicas, bem como os principais autores e referenciais que orientam o debate. Desse modo, contribui para evitar a repetição

de estudos, amplia a compreensão do objeto pesquisado e orienta a construção de novos problemas de pesquisa. Assim, o Estado da Arte não apenas organiza o conhecimento existente, mas também fortalece o desenvolvimento científico ao subsidiar análises mais consistentes e fundamentadas.

RELAÇÕES BILATERAIS E FORMAÇÃO ACADÊMICA: A COOPERAÇÃO EDUCACIONAL BRASIL-MOÇAMBIQUE

Em novembro de 2025, o atual presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva recebeu o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Pedagógica de Maputo, em Moçambique. Tal apreciação é resultado da cooperação entre os dois países que antecede o primeiro mandato de Lula, mas que durante os seus governos e o da ex-presidenta Dilma Rousseff os laços foram ainda mais estreitados. No discurso de cerimônia, o presidente brasileiro enfatizou que:

“O Brasil também possui iniciativas que permitem a jovens talentos de Moçambique e de outros países africanos forjarem seu conhecimento lado a lado com jovens brasileiros, tecendo, na sala de aula, o futuro integrado que tanto almejamos.

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação, o PEC-G, que completa 60 anos, oferece oportunidade a estudantes estrangeiros de cursarem o ensino superior em universidades brasileiras.

Em 2010, criamos a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB - uma verdadeira ponte viva sobre o Atlântico.

A educação e a democracia caminham juntas” (Lula, 2025).

A internacionalização educacional brasileira com países parceiros remonta ao final da década de 20, segundo Kamilla Rizzi (2016). A pesquisadora enfatiza que a base consolidadora do PEC-G se deu nessa época e só posteriormente adotou os contornos atuais que conhecemos. De acordo ainda com Rizzi (2016), o programa era estruturado a partir da formalização de Protocolos conjuntos, firmados por prazo indeterminado entre o Ministério da Educação em articulação com as Instituições de Ensino Superior e o Ministério das Relações Exteriores. Com o crescimento contínuo de estudantes estrangeiros nas instituições de ensino superior do país impulsionou na criação de distintos programas que oferecem não só oportunidades, mas bolsas em incentivo à pesquisa tanto dentro como fora do país, como desdobraremos mais à frente.

Em 1965, o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) toma a forma a qual conhecemos, a iniciativa passou a garantir vagas integrais e gratuitas em diversos cursos de graduação a partir de critérios específicos de seleção. Atualmente, o programa conta com 74 países participantes, distribuídos entre África (29), América Latina e Caribe (27), Ásia (11) e Europa (7).

Posteriormente, em continuidade a essa estratégia, foi criado em 1981, o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), voltado à formação em nível de mestrado e doutorado. Sua coordenação é compartilhada entre o Ministério das Relações Exteriores (MRE), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O programa estimula o intercâmbio científico entre instituições, contribuindo tanto para a qualificação de profissionais dos países parceiros quanto para o fortalecimento das universidades brasileiras.

Nesse cenário, destaca-se ainda, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), criada em 2010 com a missão de promover a integração acadêmica entre o Brasil e países de língua portuguesa, especialmente africanos. A instituição reúne discentes e docentes brasileiros e estrangeiros, priorizando áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento compartilhado. Suas atividades concentram-se nos estados do Ceará, nos municípios de Redenção (sede) e Acarape, e da Bahia, no município de São Francisco do Conde.

Em período mais recente, consolidou-se, entre 2013 e 2014, o Programa de Pós-Graduação CNPq/MCT-Mz, voltado especificamente à cooperação com Moçambique. A iniciativa viabiliza a formação de estudantes moçambicanos(as) em cursos de pós-graduação no Brasil mediante a concessão de bolsas para o desenvolvimento de pesquisas em áreas prioritárias para o governo moçambicano. Ao favorecer a qualificação desses/dessas moçambicanos(as), o programa busca contribuir para o fortalecimento institucional e o desenvolvimento socioeconômico de Moçambique, ao mesmo tempo em que intensifica as relações acadêmicas e científicas entre os dois países.

Essas iniciativas, conduzidas pelo Ministério da Educação e pelo Ministério das Relações Exteriores em articulação com Instituições de Ensino Superior (IES), têm ampliado o acesso de estudantes africanos ao sistema universitário brasileiro. Conforme argumenta Kátia Correio (2020), esse tipo de parceria constitui mecanismo fundamental

para a formação de quadros superiores, especialmente em países cujo desenvolvimento do ensino superior ainda se encontra em processo de consolidação.

No caso de Moçambique, o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) tem exercido papel relevante na formação de uma nova geração de pesquisadores e no fortalecimento da produção acadêmica nacional. Conforme destaca Katia (2020), o programa assume importância estratégica também no conjunto dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), sendo Moçambique o principal beneficiário africano da política brasileira de formação superior desde os anos 2000. Esse destaque está associado, entre outros aspectos, à intensificação das relações diplomáticas entre Brasil e África no período, fator que ampliou a inserção de estudantes moçambicanos na pós-graduação brasileira.

Em sua análise, Correio (2020) observa que no âmbito específico do PEC-PG, os dados indicam que, entre 2000 e 2019, Moçambique e Cabo Verde destacaram-se como os principais países africanos emissores de estudantes para o Brasil, com 485 e 163 beneficiários, respectivamente. Esses números reforçam a importância do programa como instrumento de cooperação Sul-Sul e como política estruturante para o fortalecimento dos sistemas de ensino superior nos PALOP.

Vale destacar dois importantes acontecimentos inseridos nesse contexto dos anos 2000. O primeiro é que esse período foi decisivo para os PALOP, pois trouxe transformações políticas e institucionais que ampliaram sua inserção internacional. Estes passaram por processos distintos de consolidação política e reorganização estratégica, o que favoreceu novas parcerias internacionais, incluindo com o Brasil, como salienta Rizzi (2016):

“Nos PALOP, os quinze anos da década 2000 representaram momentos decisivos em sua evolução histórica, o que possibilitou essa maior aproximação com o Brasil, mas também com Portugal (e União Europeia), potências africanas (Nigéria, Senegal, África do Sul) e as instituições internacionais: Angola encerrou a guerra civil em 2002 e tem colocado em prática um projeto de desenvolvimento e inserção regional consolidado, que tornou o país liderança africana, a concorrer diretamente com Nigéria e África do Sul nas questões regionais, e entre os PALOP; Cabo Verde consolidou sua democracia multipartidária e tem se aproximado progressivamente da União Europeia, sob o argumento de ser a ponte geográfica entre a Europa, Brasil e os PALOP, especialmente oferecendo prestação de serviços; a Guiné-Bissau, como ocorrera na década de 1990, aprofundou a instabilidade política, que gerou caos econômico e social, tornando-se a principal pauta de atenção de defesa e segurança humana entre os PALOP (especialmente na CPLP); Moçambique também consolidou sua democracia no período contemporâneo...” (RIZZI, 2016, p. 156).

O segundo diz respeito ao fortalecimento das relações bilaterais entre Brasil e Moçambique que firmaram no ano de 2004 um Protocolo de Intenções para enfrentamento à discriminação racial e promoção da igualdade. Conforme analisa Carlos Subuhana (2007), esse acordo representou um marco na ampliação do diálogo político e institucional entre os dois países em torno das agendas de direitos sociais e justiça racial. Além disso, tal iniciativa evidencia a dimensão estratégica da cooperação Sul-Sul, ao articular políticas públicas, produção de conhecimento e intercâmbio institucional em torno de uma agenda comum de enfrentamento às desigualdades raciais.

A relevância desses dois acontecimentos relatados ilustra como essa aliança ajudou a fortalecer o sistema de ensino superior moçambicano que possui uma trajetória relativamente recente, com cerca apenas de cinco décadas de existência. Esse dado evidencia a importância das parcerias internacionais para a qualificação profissional.

MOÇAMBIQUE COMO OBJETO DE ESTUDO: ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA

O levantamento dos dados a serem apresentados foi realizado a partir de pesquisa documental na base pública do Catálogo de Teses e Dissertações da Plataforma Sucupira, gerenciada pela CAPES. A escolha dessa base justifica-se por seu caráter oficial e por reunir a produção *stricto sensu* defendida nos programas de pós-graduação reconhecidos no Brasil, garantindo abrangência nacional e confiabilidade das informações.

O procedimento metodológico adotado consistiu, inicialmente, na definição de critérios de busca. Utilizou-se o termo “Moçambique” como palavra-chave principal, considerando sua ocorrência nos títulos, palavras-chave e resumos dos trabalhos. Essa estratégia teve como objetivo identificar produções em que Moçambique figurasse como tema central da investigação, e não apenas como menção secundária ou contextual. Em seguida, foram aplicados filtros relacionados à área de concentração, restringindo-se aos programas vinculados às áreas de Geografia e Educação.

Após a aplicação dos filtros, realizou-se à leitura exploratória dos títulos e, quando necessário, dos resumos. Trabalhos que apenas mencionavam Moçambique de forma periférica foram excluídos da amostra. O recorte final contemplou teses e dissertações

defendidas no período em que se encontrou-se cada trabalho, permitindo a organização cronológica das produções. Os dados coletados foram sistematizados em planilha, considerando as seguintes variáveis: instituição de ensino superior, estado da federação, subtipo de produção (tese ou dissertação), título do trabalho, autoria, nacionalidade do(a) autor(a), área de concentração, ano de defesa e agência financiadora. Essa organização possibilitou a análise quantitativa e descritiva da produção acadêmica, bem como a identificação de tendências, distribuição institucional e características do perfil autoral.

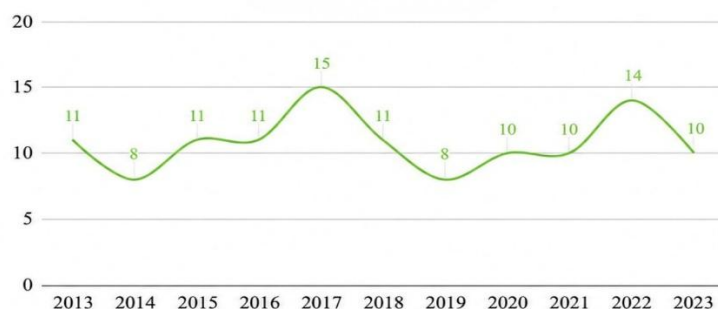
Através da pesquisa no portal da CAPES, foram identificados 119, sendo 81 destes concentrados na área da educação e os outros 38 na área da Geografia, revelando uma predominância de trabalhos na área da educação. A predominância de trabalhos na área da Educação pode estar associada a fatores estruturais do sistema de pós-graduação brasileiro, como o maior número de programas nessa área, bem como à intensidade das cooperações acadêmicas Brasil–Moçambique no campo educacional. Contudo, tal interpretação demanda investigação específica para confirmação, não podendo ser afirmada como causalidade direta a partir dos dados levantados.

A autora Kátia Correio (2020) já havia observado que no campo das Ciências Humanas, é onde há a maior concentração de teses/dissertações defendidas, ocorrendo nas áreas de Educação (48), seguida por História (25), Sociologia (24), Geografia (20) e Antropologia (15).

Outro fator interessante ressaltar é que os trabalhos concentrados na Geografia possuem um enfoque mais territorial e/ou regional de temáticas acerca de Moçambique, ou seja, temáticas muito específicas ligadas a características físico-socio-econômicas. Apenas 2 trabalhos são especificamente sobre a ciência geografia em si, sendo um deles a relação entre Geografia e Gênero dentro do contexto de ensino de Geografia nas universidades e o outro em relação a consolidação da Geografia enquanto ciência no país.

Nos Gráficos 1 e 2, é possível observar a periodização dos trabalhos publicados (entre 2013 e 2023) e o subtipo de produção.

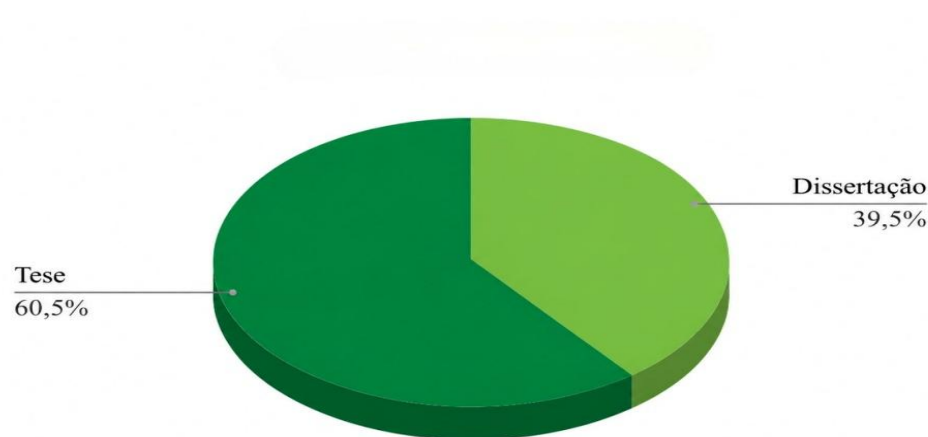
Gráfico 1. Ano das publicações



Fonte: Plataforma Sucupira. Elaborado pelos autores (2025).

O Gráfico 1 evidencia que, no período de 2013 a 2023, a produção acadêmica sobre Moçambique manteve uma regularidade, ainda que marcada por leves oscilações. Observa-se o crescimento gradual entre 2014 e 2017, quando se atinge o pico de 15 trabalhos, seguido de uma retração em 2018 e 2019. A partir de 2020, verifica-se uma nova tendência de elevação, culminando em 14 produções em 2022, tendo uma leve redução em 2023. De modo geral, não há uma trajetória linear de expansão, mas pode-se dizer que Moçambique permanece sendo objeto recorrente no acervo acadêmico brasileiro.

Gráfico 2. Subtipo de produção

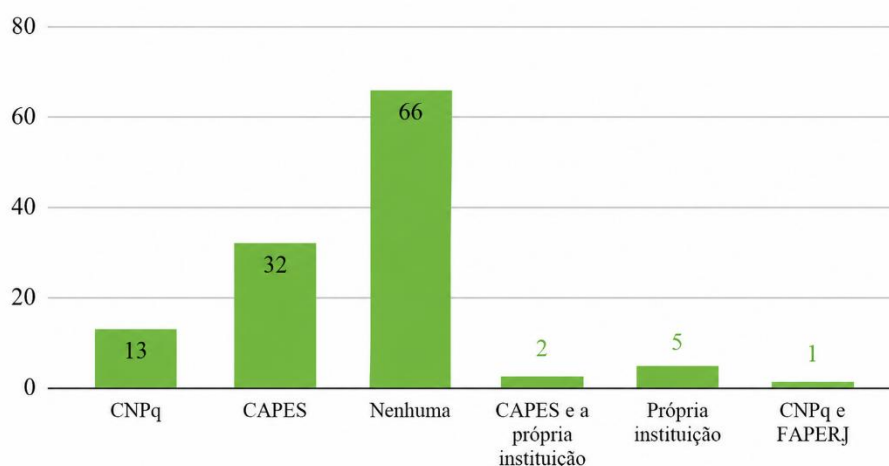


Fonte: Plataforma Sucupira. Elaborado pelos autores (2025).

Esse resultado indica que a maior parte da produção sobre Moçambique, nas áreas analisadas, está vinculada ao nível de doutorado. Tal predominância pode sugerir maior aprofundamento teórico e analítico nas investigações desenvolvidas, uma vez que as teses, em geral, demandam maior densidade metodológica, amplitude bibliográfica e tempo de maturação da pesquisa. Além disso, o nível de doutoramento pode estar vinculado a oportunidades de trabalho.

Em relação ao Gráfico 3, há uma grande surpresa, pois, ele evidencia que a maior parte das produções identificadas não contou com financiamento declarado, totalizando 66 trabalhos. Esse dado sugere que uma parcela significativa das pesquisas foi desenvolvida sem bolsa ou apoio formal registrado na base consultada. Entre os trabalhos financiados por agências de fomento, destacam-se a CAPES e o CNPq, como demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 3. Agências de Fomento.

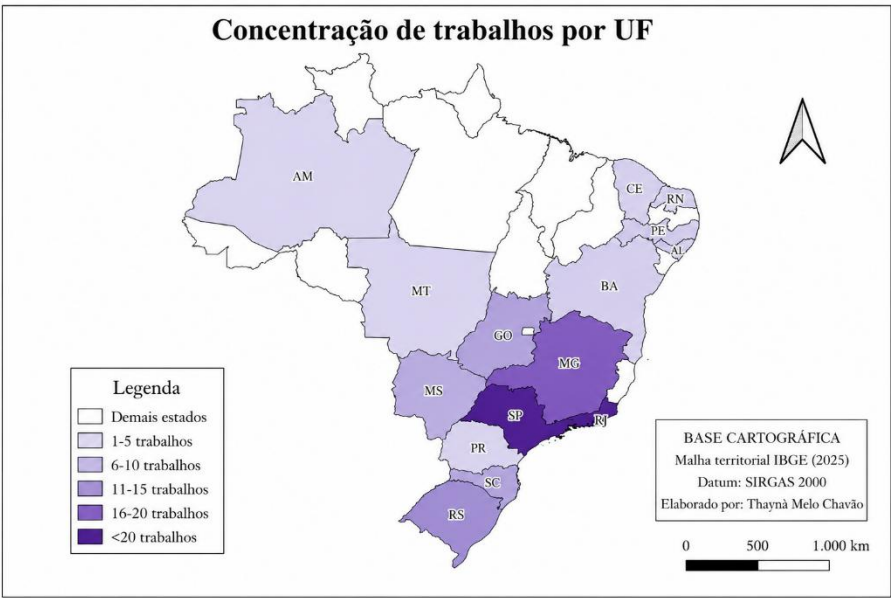


Fonte: Plataforma Sucupira. Elaborado pelos autores (2025).

A predominância de pesquisas sem financiamento pode estar associada a diferentes fatores, como a limitação na oferta de bolsas, o desenvolvimento da pesquisa ou a ausência de registro detalhado do financiamento na plataforma analisada.

Outro resultado importante do EA, foi a espacialização desses trabalhos, em quais estados ou regiões e quais Instituições de Ensino Superior há uma maior concentração deles. Vejam o Mapa 1 e a tabela 1, respectivamente.

Mapa 1. Concentração de trabalhos por unidade federativa



Fonte: Plataforma Sucupira. Elaborado pela autora Thayná Melo Chavão.

Tabela 1. Número de Teses e Dissertações por IES

Sigla	Instituição de Ensino Superior (IES)	Nº de Trabalhos
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	10
PUC	Pontifícia Universidade Católica	9
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	8
UFF	Universidade Federal Fluminense	7
UNESP	Universidade Estadual Paulista	7
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas	7
UFG	Universidade Federal de Goiás	6
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais	6
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina	6
USP	Universidade de São Paulo	5
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora	5
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	4
UFU	Universidade Federal de Uberlândia	4
UFAM	Universidade Federal do Amazonas	3
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso	3
UFPR	Universidade Federal do Paraná	3

UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	3
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina	2
UFAL	Universidade Federal de Alagoas	2
UFCE	Universidade Federal do Ceará	2
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados	2
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2
FURG	Universidade Federal do Rio Grande	1
UCP	Universidade Católica de Petrópolis	1
UEM	Universidade Estadual de Maringá	1
UFBA	Universidade Federal da Bahia	1
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco	1
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos	1
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	1
UPE	Universidade de Pernambuco	1
UNIMEP	Universidade Metodista de Piracicaba	1
UNISAL	Centro Universitário Salesiano de São Paulo	1
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	1
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí	1
URI Erechim	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (Campus Erechim)	1

Fonte: Plataforma Sucupira. Elaborado pelos autores (2025).

A leitura articulada entre o Mapa 1 e a Tabela 1 permite observar, em primeiro lugar, uma concentração significativa em universidades públicas federais e estaduais, como: UERJ, UFRGS, UFF, UFMG, UFSC, USP, UNESP e UNICAMP, além da presença da PUC como instituição particular. A predominância das regiões Sudeste e Sul, especialmente de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, se explica pelo fato de que nessas regiões concentra-se os maiores números de IES com pós-graduação nas respectivas áreas de abrangência analisadas, como já havia sido pontuado pelos autores Cirqueira e Corrêa (2014).

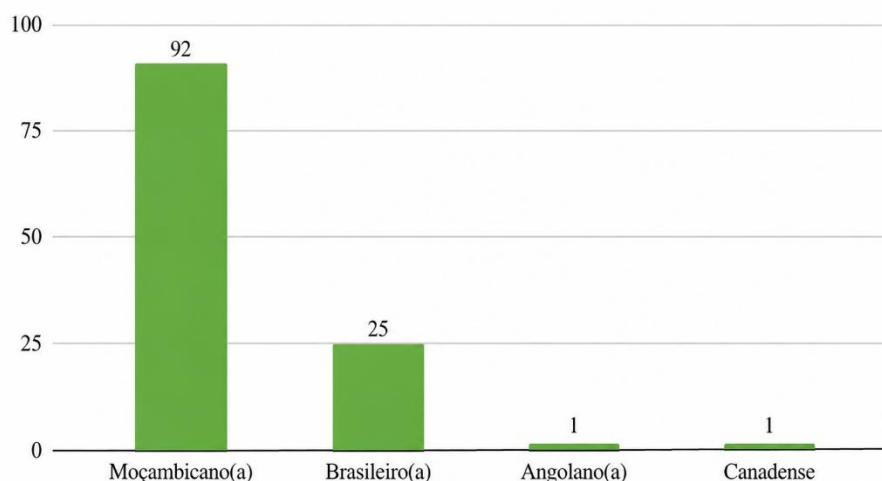
Um segundo ponto a ser analisado, é a evidente concentração decorrente do protagonismo de algumas instituições situadas em determinados estados, configurando em grandes polos de produção. São Paulo, por exemplo, destaca-se não apenas pelo

volume absoluto de trabalhos, mas pela atuação conjunta de diferentes universidades (USP, UNESP e UNICAMP). Situação semelhante ocorre em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, onde a produção resulta da soma de esforços de diversas IES concentradas nesses estados. Por outro lado, a presença de universidades localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, ainda que com menor número de trabalhos, indica um processo de difusão da temática.

Também é possível observar que 3 das universidades integrantes do projeto de cooperação que deu origem a esta pesquisa, detém expressivo números de teses e dissertações defendidas, como a UERJ (10), UFMS (4) e UFF (7).

Por fim, o Gráfico 4 traz um balanço sobre nacionalidade dos autores de cada produção, buscando compreender se estes trabalhos são escritos majoritariamente por moçambicanos(as), o que de fato foi identificado abaixo. A análise se deu através da consulta a Plataforma Lattes.

Gráfico 4. Nacionalidade dos(as) autores(as)



Fonte: Cruzamento de dados entre a Plataforma Sucupira e a Plataforma Lattes.
Elaborado pelos autores (2025).

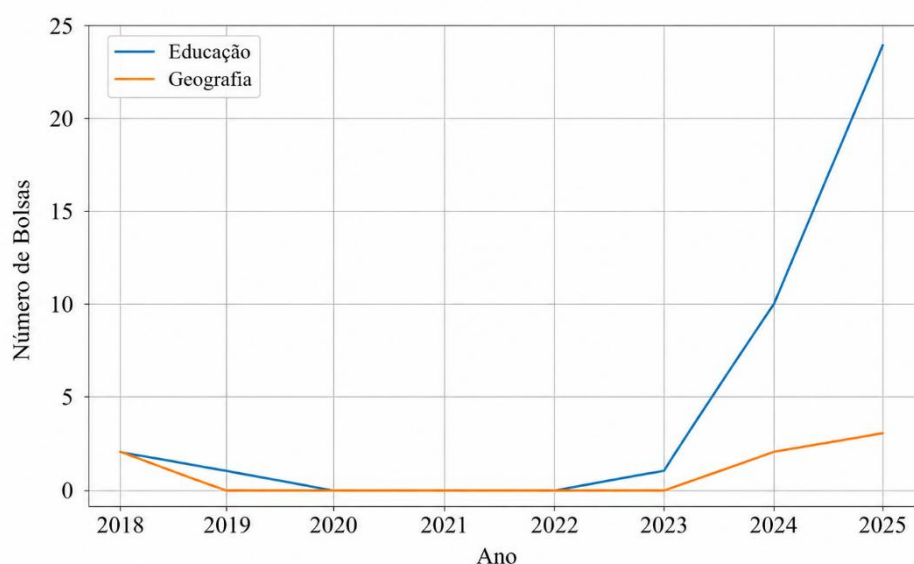
O gráfico evidencia uma predominância de pesquisadores(as) de nacionalidade moçambicana na produção analisada, o que pode estar relacionado à histórica cooperação acadêmica estabelecida entre Brasil e Moçambique ao longo das últimas décadas. Embora

esse dado não represente, em si, um aspecto negativo, ele também revela a baixa participação de pesquisadores(as) brasileiros(as) em experiências acadêmicas presenciais nas instituições moçambicanas. Quando os dados são detalhados, considerando-se especificamente os casos de doutorado sanduíche, o número de brasileiros(as) reduz-se para 14.

Os autores Celso Junior e Sheila Souza (2024), observaram como há uma hierarquia epistemológica ao analisarem os dados referentes ao documento “A Internacionalização na Universidade Brasileira: Resultados do Questionário Aplicado pela CAPES (2017)”, que revelou um predomínio de bolsas de intercâmbio para pós-graduação em países da Europa, Estados Unidos e países da América Latina e a China, onde nenhum país do continente africano foi mencionado.

Partindo dessa análise, adota-se a mesma proposta, conforme os autores supracitados, procedendo-se à outra categoria a partir de dados recentes, chegamos ao Gráfico 5 abaixo.

Gráfico 5. Bolsas de intercâmbio na pós-graduação por área.



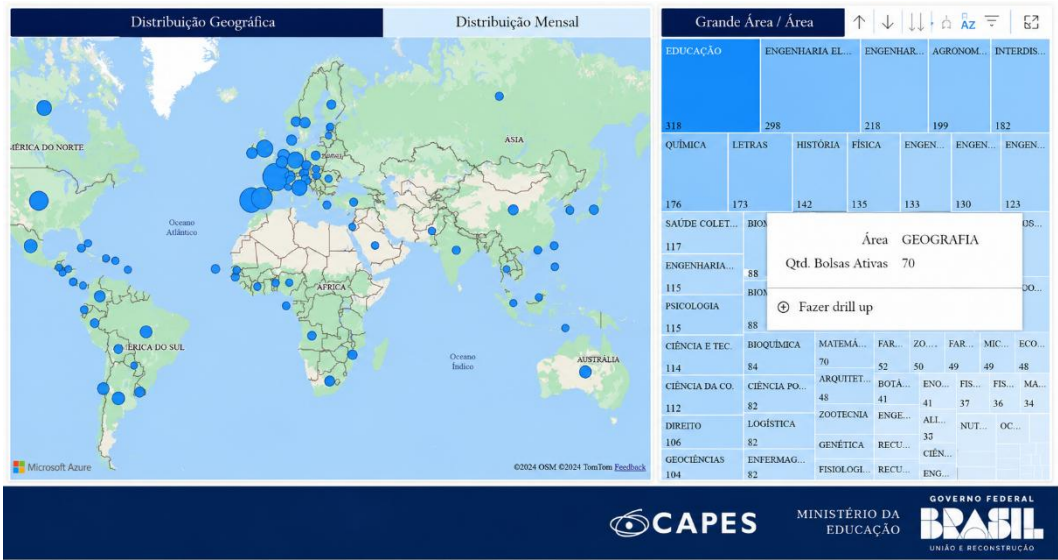
Fonte: Questionário aplicado pela Capes. Elaborado pelos autores (2026).

O gráfico evidencia uma dinâmica bastante desigual entre Educação e Geografia ao longo do período analisado. Entre 2018 e 2022 observa-se uma fase de baixa concessão de bolsas, com tendência de queda após 2018. Na Educação, o número passa de 2 bolsas

(2018) para 1 (2019) e chega a zero entre 2020 e 2022. Na Geografia, a redução é ainda mais precoce, com 2 bolsas em 2018 e ausência de registros entre 2019 e 2023. Já a partir de 2023, verifica-se uma retomada, sobretudo na área da Educação. O número de bolsas cresce de forma acentuada para 10 em 2024 e 24 em 2025, enquanto na Geografia a recuperação é bem mais inferior, com 2 bolsas em 2024 e 3 em 2025.

Quando se olha para o panorama geral, nota-se a concentração de intercambistas na Europa e outras mais especializadas no continente africano, como mostra o Mapa 2.

Mapa 2. Distribuição de bolsas de intercambio ativas em 2026.



Fonte: CAPES- Resultado de questionário aplicado (2026).

O atual reitor da Universidade Pedagógica de Maputo (antiga Universidade Pedagógica de Moçambique), o professor Jorge Ferrão, ao conceder uma entrevista em 2023, afirmou que a internacionalização constitui um fortalecimento institucional, mas que ela não pode se configurar como um fluxo unilateral, no qual apenas estudantes e docentes moçambicanos se deslocam em busca de validação acadêmica no exterior. Para ele, a internacionalização deve assumir caráter biunívoco e cooperativo de modo que as experiências, metodologias e produções científicas desenvolvidas nas universidades moçambicanas também circulem e sejam reconhecidas.

Ao reconhecer Moçambique ou qualquer outra instituição do continente africano como produtor de saberes fundamentais para o campo da educação, opera como uma

estratégia de enfrentamento ao racismo epistêmico, que hierarquiza conhecimentos a partir de matrizes coloniais e subalterniza produções acadêmicas do Sul Global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo do trabalho evidencia que a produção acadêmica sobre Moçambique no Brasil, embora constante, ainda apresenta algumas assimetrias como a concentração de trabalhos na área da Educação e em universidades localizadas majoritariamente nas regiões Sudeste e Sul, revelando que a consolidação do campo depende, em grande medida, da concentração desses polos acadêmicos em termos de programas de pós-graduações. Ao mesmo tempo, os dados sobre nacionalidade e circulação acadêmica indicam que a cooperação Brasil–Moçambique tem se fortalecido, mas ainda enfrenta desafios quanto à reciprocidade e à horizontalidade das trocas.

Nesse contexto, a internacionalização assume papel estratégico não apenas como mecanismo de mobilidade acadêmica, mas como possibilidade de reconfiguração das hierarquias do conhecimento. Se de maneira verdadeiramente cooperativa e não por fluxos unilaterais de validação científica, apresenta-se como potencializadora para o enriquecimento científico tanto brasileiro quanto moçambicano e como parte do Protocolo de Intenções do ano de 2004 para enfrentamento à discriminação racial, a promoção da igualdade e como instrumento de enfrentamento ao racismo epistêmico, que historicamente marginalizou produções africanas no cenário global.

Essa discussão dialoga diretamente com os pressupostos da Lei nº 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todas as instituições de ensino brasileiras. Mais do que uma diretriz curricular, a lei representa um marco político-pedagógico no combate ao racismo estrutural e na promoção de uma educação comprometida com a pluralidade histórica e cultural. Ao ampliar e qualificar a produção acadêmica sobre países africanos, como Moçambique por exemplo, a pós-graduação contribui para a consolidação de referenciais teóricos e metodológicos que sustentam a efetiva implementação da lei no âmbito da educação básica e principalmente da formação de professores.

Assim, os resultados apontam que o fortalecimento das redes de cooperação Sul-Sul e a ampliação da participação brasileira em experiências acadêmicas presenciais em Moçambique são caminhos fundamentais para aprofundar o compromisso com uma educação antirracista. Nesse sentido, a articulação entre internacionalização, produção de conhecimento e políticas educacionais como a Lei 10.639/03 revela-se central para a construção de um campo acadêmico engajado.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, CNN. “**Lula recebe título de Doutor Honoris Causa em Moçambique**”. CNN Brasil, 2025. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/lula-recebe-titulo-de-doutor-honoris-causa-em-mocambique/>>. Acesso em: 09 de dezembro de 2025.

BRASIL. **Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG)**. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES, Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/encontre-aqui/paises/multinacional/programa-de-estudantes-convenio-de-pos-graduacao-pec-pg>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2026.

BRASIL. **Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab**. Ministério das Relações Exteriores, Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cultura-e-educacao/temaseducacionais/programas-de-estudo-para-estrangeiros/universidade-da-integracao-internacional-da-lusofonia-afro-brasileira-unilab>>. Acesso em: 15 fevereiro de 2026.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Catálogo de Teses e Dissertações**. 2025. Disponível em: <<https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/>>. Acesso em: 10 junho 2025.

_____. **Resultado de questionário aplicado**. Brasília, DF, 2026. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojYjVjMzc2NjAtN2QyMi00MzZILWFhYjgtMTMxZmM1ZGRkZDQxIiwidCI6IjJmNGRlYmI4LTY0M2EtNGRiZS05MjdiLTlINTYyZWY3MDBiOSJ9>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2026.

CIRQUEIRA, Diogo; CORRÊA, Gabriel. Questão étnico-racial na geografia brasileira: um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações. **Revista da ANPEGE**, v. 10, n. 13, p. 29 – 58, 2014.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG)**. Brasília, DF, atualizado em 29 dez. 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/encontre-aqui/paises/multinacional/programa-de-estudantes-convenio-de-pos-graduacao-pec-pg>>. Acesso em: 14 fevereiro de 2026.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Programa de Pós-Graduação CNPq/Ministério de Ciência e Tecnologia de Moçambique (CNPq/MCT-Mz)**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <<http://memoria2.cnpq.br/web/guest/programa-mctmz/>>. Acesso em: 14 fevereiro de 2026.

CORREIO, Katia Sara Henriques Xavier-Zeca. Cooperação Sul-Sul: O papel do programa de estudante convênio-pós-graduação para desenvolvimento das ciências sociais em Moçambique. **Cadernos de África Contemporânea**, vol.03, nº. 05, p. 140, 2020.

PUENTES, R. V.; AQUINO, O. F.; FAQUIM, J. P. S. Las investigaciones sobre formación de profesores en América Latina: un análisis de los estudios del estado del arte (1985-2003). **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 9, n. 3, p. 221-230, set./ dez. 2005.

RIZZI, Kamilla Raquel. Relações Brasil-PALOP: 40 anos de cooperação para o desenvolvimento no Atlântico Sul (1974/75-2015). **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 143–167, 2016.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo "Estado da Arte" em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Paraná, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.

SANTOS, Marcio Antonio Raiol dos; SANTOS, Carlos Afonso Ferreira dos; SERIQUE, Nádia Passos; LIMA, Rafael Rodrigues (2020). Estado da arte: aspectos históricos e fundamentos teórico-metodológicos. **Revista Pesquisa Qualitativa**, 8(17), 202–220.

SOUZA, Sheila Perina de. “*A internacionalização com Moçambique aponta caminhos*”. *Jornal da USP*, São Paulo, 5 dez. 2025. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/a-internacionalizacao-com-mocambique-aponta-caminhos/>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2026.

SOUZA, Sheila Perina De; JUNIOR, Celso Luiz de Oliveira. A África e a internalização nas universidades brasileiras: Análise inicial sobre as políticas de mobilidade internacional da USP e do Programa Ciências Sem Fronteiras entre 2011 e 2019. **Revista Brasileira de Educação, Cultura e Linguagem**, [S. l.], v. 10, n. 16, p. 166–189, 2024.

SUBUHANA, Carlos. Estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro, Brasil: sociabilidade e redes sociais. **Imaginário**, São Paulo, v. 13, n. 14, p. 321-355, jun. 2007.